

Apresentação

A Revista do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco mantém a linha editorial estabelecida pelo Diretor da Instituição, Desembargador Ricardo Paes Barreto de Oliveira, isto é, concentra artigos de magistrados do Poder Judiciário Estadual que versam sobre temas de interesse prático dos juízes.

Apresentar a segunda edição da Revista do CEJ representa um verdadeiro prêmio para alguém que integra a atual administração, sobretudo porque designa o alcance antecipado de uma meta de gestão, à medida que este número está a ser lançado ainda no primeiro ano de criação do periódico, que se propõe a circular semestralmente. Na verdade, a Revista foi idealizada nos primórdios do ano em curso pelo Eminentíssimo Diretor, porém, sua edificação exigiu incursões sobre meandros do direito educacional sem as quais o intento não teria logrado êxito. Neste particular contamos com a colaboração gratuita do Professor Doutor João Maurício Adeodato, que apontou os procedimentos a serem seguidos.

Instituir um periódico e, mais ainda, indexá-lo, desde a primeira edição, numa lista internacional coordenada pelo MEC, constitui trabalho árduo, cuja finalização não teria sido atingida sem os esforços e dedicação da Secretária do Centro, Sra. Lourdinha Campos. São dela os méritos pela inclusão deste periódico nos cadastros do Ministério da Educação, sobretudo a introdução na lista: "International Standard Serial Number", com o ISSN: 1983-8662, sem qualquer ônus financeiro para o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Considerando a inserção da Revista do CEJ no indexador internacional padrão para publicações seriadas, os magistrados pernambucanos passaram a dispor de novo canal editorial para divulgação de suas idéias perante membros da magistratura local e nacional.

Para facilitar a pesquisa dos temas de maior interesse do leitor, todos os artigos são precedidos de resumo do conteúdo temático versado no vernáculo nacional e, também, com tradução para a língua inglesa, porquanto a distribuição do periódico abrangerá os mais elevados tribunais brasileiros, fato que possibilitará a consulta por juízes e juristas estrangeiros.

A presente edição contará com mil e quinhentos exemplares, estando a evidenciar o trabalho intelectual dos membros da magistratura pernambucana para um público leitor de qualidade inquestionável, fazendo emergir trabalhos que lidam sobre os seguintes temas: direito desportivo; limites do poder normativo do CNJ quanto à prescrição das sanções de censura e remoção compulsória de magistrados; reprodução humana assistida e filiação; relativização da coisa julgada em embargos à execução fundados na inconstitucionalidade do título executivo; competência da execução judicial das decisões do Tribunal de Contas na comarca do Recife; *spread* bancário no Brasil, suas determinantes e conseqüências; legitimação extraordinária passiva enquanto um novo modelo compositivo coletivo; e, enfim, sobre as alterações promovidas no procedimento do processo penal em decorrência da Lei 11.719, de 20 de junho de 2008.

São essas as discussões que o leitor encontrará nesta edição.

Recife, 21 de novembro de 2008.

Alexandre Freire Pimentel